REVISTA EDUCAÇÃO GLOBAL

VOLUME 1 NÚMERO 2 / OUTUBRO 2026

DATA DA PUBLICAÇÃO 30/10/2026

REVISTA EDUCAÇÃO GLOBAL – Vol. 1, n. 2 (2026) -
São Paulo: SL Editora, 2026 – mensal
Modo de acesso: http://www.revistaeducacaoglobal.com.br

ISSN OBTENDO

Data de publicação: 30/10/2026

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370
CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

NOSSA EQUIPE

EDITOR-RESPONSÁVEL
PROF. CLAUDINEIA APARECIDA DA SILVA LOPES
EDITOR-CHEFE
PROF. JANINE DE JESUS SILVA BERNARDINO
DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO
NEUSA SANCHES LIMONGE
LUIZ CESAR LIMONGE
ARTE E DESIGN
LUCAS SANCHES LIMONGE
BIBLIOTECÁRIO
RENATO MOREIRA DE OLIVEIRA

REVISTA EDUCAÇÃO GLOBAL
V.1 - N° 2
OUTUBRO 2026
PUBLICAÇÃO MENSAL (OUTUBRO)

INSTITUTO NL CURSOS – RUA CANTAGALO, 643 – TATUAPÉ – SÃO PAULO - SP

SL EDITORA
RUA IRU, 27, CASA 6 –VILA FORMOSA - CEP 03363-060
SÃO PAULO – SP – BRASIL

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição- 4.0 Internacional.

https://poweredtemplate.com/pt/modelo-do-word-legal-2910/

SUMÁRIO

DA ORALIDADE AO REGISTRO ESCRITO: A PRODUÇÃO TEXTUAL COLETIVA COMO PRÁTICA REFLEXIVA NA TRANSIÇÃO DOS CICLOS
CLAUDINEIA LIMA DA SILVA..... 5

SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL
SÔNIA QUEIROZ DA SILVA..... 13

DA ORALIDADE AO REGISTRO ESCRITO: A PRODUÇÃO TEXTUAL COLETIVA COMO PRÁTICA REFLEXIVA NA TRANSIÇÃO DOS CICLOS

CLAUDINEIA LIMA DA SILVA[1]

Resumo:

Este artigo analisa a produção textual coletiva como estratégia pedagógica para favorecer a transição entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir de práticas desenvolvidas com crianças, utilizando cartazes, registros gráficos e escrita compartilhada, buscou-se articular oralidade, desenho e escrita em situações significativas de aprendizagem. O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, articulada à análise reflexiva da prática docente. Os resultados evidenciam que a produção textual coletiva amplia a participação das crianças, favorece a construção gradual da linguagem escrita e fortalece o protagonismo infantil. Conclui-se que a mediação docente é fundamental para promover aprendizagens significativas e contribuir para uma transição mais harmoniosa entre as etapas da escolarização.

Palavras-chave: Oralidade. Produção Textual Coletiva. Alfabetização. Educação Infantil. Ensino Fundamental.

Abstract

This article analyzes collective text production as a pedagogical strategy to support the transition between Early Childhood Education and the early years of Elementary School. Based on educational practices involving posters, graphic records, and shared writing, the study sought to articulate oral language, drawing, and writing in meaningful learning situations. The study is

[1] Claudineia Lima da Silva. Professora da Rede Municipal de Ensino (SME), atuante na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I.

characterized as qualitative bibliographic research combined with a reflective analysis of teaching practice. The results show that collective text production enhances children's participation, supports the gradual development of written language, and strengthens children's active participation. It is concluded that teacher mediation plays a fundamental role in promoting meaningful learning and contributing to a smoother transition between educational stages.

Keywords: Orality. Collective Text Production. Literacy. Early Childhood Education. Elementary School.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem constitui um dos principais instrumentos de interação social e construção do conhecimento. Desde os primeiros anos de vida, as crianças utilizam diferentes formas de expressão para comunicar ideias, sentimentos e experiências, ampliando gradativamente suas possibilidades de participação nos contextos em que estão inseridas.

Na transição entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, torna-se fundamental promover práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos já construídos pelas crianças e favoreçam a aproximação com a cultura escrita. Nesse contexto, a produção textual coletiva configura-se como uma estratégia significativa, pois possibilita que os estudantes participem ativamente da elaboração de textos, observando o funcionamento da escrita e refletindo sobre a linguagem.

Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da produção textual coletiva para o desenvolvimento da oralidade, da escrita e da participação das crianças durante a transição dos ciclos escolares, destacando a importância da mediação docente nesse processo.

1.1 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de

abordagem qualitativa, fundamentada em referenciais teóricos relacionados ao desenvolvimento da linguagem, alfabetização e práticas pedagógicas voltadas à infância.

Além da pesquisa bibliográfica, o artigo fundamenta-se na experiência docente desenvolvida na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a partir da observação e análise de atividades de produção textual coletiva realizadas com crianças da Educação Infantil e estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As práticas foram acompanhadas por registros pedagógicos, observações do cotidiano escolar e produções realizadas pelos estudantes.

2 ORALIDADE, ESCRITA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A aprendizagem da escrita ocorre de forma gradual e está diretamente relacionada às experiências de linguagem vivenciadas pelas crianças. Antes mesmo de dominar convencionalmente o sistema alfabético, elas formulam hipóteses sobre a escrita, produzem desenhos, registros gráficos e utilizam a oralidade para organizar pensamentos e comunicar ideias.

Segundo Vygotsky (2007), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio das interações sociais. Nesse sentido, as práticas de linguagem compartilhadas assumem papel fundamental na construção do conhecimento e no desenvolvimento das capacidades comunicativas.

A oralidade, portanto, constitui um importante ponto de partida para a produção escrita, pois permite que as crianças expressem suas ideias e construam significados que posteriormente podem ser registrados e sistematizados por meio da escrita.

Ferreiro e Teberosky (1999) destacam que a criança elabora hipóteses sobre o funcionamento da escrita antes mesmo de compreender o sistema alfabético convencional. Nesse processo, desenhos, registros espontâneos e produções coletivas constituem importantes formas de expressão e aprendizagem, permitindo que a criança avance gradativamente na compreensão da linguagem escrita.

3 A PRODUÇÃO TEXTUAL COLETIVA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

A produção textual coletiva consiste em uma prática em que professor e estudantes constroem textos conjuntamente, discutindo ideias, escolhendo palavras e refletindo sobre a organização textual.

Durante esse processo, a lousa e os cartazes tornam-se importantes instrumentos de mediação, permitindo que as crianças acompanhem a transformação da linguagem oral em linguagem escrita. Ao observar o professor escrevendo aquilo que foi discutido coletivamente, os estudantes ampliam sua compreensão sobre a função social da escrita e sobre sua organização.

Essa prática favorece a participação de todos os estudantes, independentemente do nível de conhecimento sobre o sistema de escrita, uma vez que valoriza a contribuição das diferentes hipóteses e formas de expressão presentes no grupo.

Conforme Ferreiro e Teberosky (1999), a participação em situações significativas de leitura e escrita favorece a construção progressiva de conhecimentos sobre o sistema de escrita, respeitando as hipóteses elaboradas pelas crianças.

4 A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA: DA FALA AO REGISTRO ESCRITO

A experiência foi desenvolvida com crianças da Educação Infantil e estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, em situações planejadas de produção textual coletiva. As atividades tiveram início a partir de rodas de conversa, leituras compartilhadas, relatos de vivências e observações de acontecimentos do cotidiano escolar. Nessas situações, as crianças eram incentivadas a expressar suas ideias, opiniões e conhecimentos prévios, participando ativamente da construção dos textos.

A mediação docente ocorreu de forma intencional e contínua durante todo o processo. Atuando como escriba do grupo, a professora registrava na lousa e em cartazes as contribuições das crianças, promovendo questionamentos que estimulavam a reflexão sobre a organização das ideias, a sequência dos acontecimentos, a escolha das palavras e a estrutura dos

textos produzidos. Esse movimento possibilitou que os estudantes observassem o funcionamento da linguagem escrita e compreendessem que a escrita representa aquilo que é comunicado oralmente.

Os cartazes produzidos coletivamente permaneceram expostos na sala de aula, possibilitando consultas frequentes e novas reflexões sobre a escrita. Paralelamente, os estudantes realizavam registros gráficos individuais, utilizando desenhos e escritas espontâneas para representar suas compreensões sobre os temas trabalhados.

Ao longo do processo, observou-se que as crianças passaram a participar de forma mais ativa das discussões, sugerindo palavras, formulando frases e refletindo sobre a organização das ideias no texto. Inicialmente, muitas contribuições eram apresentadas de forma fragmentada; contudo, por meio da mediação docente e das interações coletivas, os estudantes demonstraram avanços na construção de narrativas mais organizadas e coerentes.

Durante as atividades, a mediação docente ocorreu por meio de questionamentos, retomadas das falas das crianças e incentivo à participação de todos os estudantes. A cada produção coletiva, buscou-se valorizar as contribuições do grupo, promovendo reflexões sobre a organização das ideias, a escolha das palavras e a construção dos sentidos do texto. O professor atuou como escriba e mediador, favorecendo a articulação entre oralidade e escrita e possibilitando que as crianças compreendessem gradativamente as características da linguagem escrita. Essa postura contribuiu para o fortalecimento da autonomia, da confiança e do protagonismo infantil, tornando os estudantes participantes ativos na construção do conhecimento.

Os portfólios pedagógicos permitiram acompanhar a evolução das produções ao longo do processo, evidenciando avanços na ampliação do vocabulário, na organização do pensamento e na compreensão das características da linguagem escrita.

5 AVALIAÇÃO FORMATIVA E DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A avaliação desenvolvida durante a experiência assumiu caráter processual e formativo, valorizando os percursos individuais e coletivos das crianças.

Os registros realizados nos portfólios possibilitaram documentar hipóteses de escrita, formas de participação, estratégias utilizadas pelos estudantes e avanços observados durante as atividades. Essa documentação contribuiu para o planejamento de novas intervenções pedagógicas e para a compreensão das necessidades de aprendizagem de cada criança.

Conforme Hoffmann (2021), a avaliação mediadora deve acompanhar os processos de aprendizagem de forma contínua, valorizando os avanços, as hipóteses e as estratégias construídas pelos estudantes. Nesse sentido, os portfólios permitiram visualizar o percurso de aprendizagem de cada criança, favorecendo intervenções mais significativas e contextualizadas.

A valorização das produções infantis permitiu reconhecer o erro como parte do processo de aprendizagem, favorecendo um ambiente de investigação, experimentação e construção de conhecimentos.

6 CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO TEXTUAL COLETIVA PARA A TRANSIÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

A experiência evidenciou que a produção textual coletiva favorece uma transição mais harmoniosa entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ao articular oralidade, desenho e escrita, a prática respeita as características da infância e promove a aproximação gradual das crianças com a cultura escrita.

Essa perspectiva encontra respaldo no Currículo da Cidade (São Paulo, 2019), que reconhece a criança como sujeito ativo na construção de conhecimentos e destaca a importância da continuidade dos processos de aprendizagem entre as diferentes etapas da Educação Básica.

Observou-se maior envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, ampliação da participação oral e fortalecimento da confiança para expressar ideias. Além disso, a mediação docente contribuiu para a construção de conhecimentos relacionados à linguagem escrita sem desconsiderar as experiências e saberes previamente construídos pelas crianças.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção textual coletiva constitui uma prática pedagógica potente para promover aprendizagens significativas durante a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Ao transformar a oralidade em registro escrito por meio de processos colaborativos, as crianças ampliam suas possibilidades de expressão, reflexão e participação.

Os resultados observados demonstram que a articulação entre oralidade, escrita, documentação pedagógica e avaliação formativa favorece o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando seus tempos e modos de aprender.

Além dos benefícios observados no desenvolvimento dos estudantes, a experiência contribuiu para o aprimoramento da prática docente, evidenciando a importância do planejamento de situações de aprendizagem que integrem oralidade, leitura, escrita e participação ativa das crianças.

Conclui-se que a mediação docente desempenha papel fundamental nesse processo, possibilitando que a produção textual coletiva se constitua como uma prática reflexiva capaz de integrar oralidade, escrita e participação infantil, favorecendo a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.**

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 2021.

SÃO PAULO (SP). **Currículo da Cidade: Educação Infantil.** São Paulo: SME, 2019.

SÃO PAULO (SP**). Currículo da Cidade: Ensino Fundamental.** São Paulo: SME, 2019.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

SÔNIA QUEIROZ DA SILVA

RESUMO

A sustentabilidade na educação constitui um eixo fundamental para a formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir de maneira responsável no meio em que vivem. A incorporação de práticas e valores socioambientais no ambiente escolar contribui para o desenvolvimento de competências essenciais à sociedade contemporânea, como o pensamento sistêmico, a responsabilidade coletiva e a compreensão das relações entre sociedade, economia e natureza. Ao integrar aos processos pedagógicos temas como preservação ambiental, consumo consciente, gestão de resíduos e biodiversidade, a escola consolida-se como um espaço estratégico para a construção de conhecimentos e para a promoção de mudanças culturais duradouras. Nesse contexto, a educação para a sustentabilidade ultrapassa a abordagem exclusivamente teórica, possibilitando que os estudantes compreendam os impactos de suas escolhas e desenvolvam atitudes responsáveis diante dos desafios socioambientais. Dessa forma, inserir a sustentabilidade no processo educacional não significa apenas abordar questões ambientais, mas promover uma formação integral, capaz de relacionar conhecimento, cidadania e responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: sustentabilidade; educação; meio ambiente; cidadania; práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade na educação, portanto, deve ser tratada como um princípio transversal, que perpassa todas as áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares. A interdisciplinaridade é essencial para compreender a totalidade dos fenômenos ambientais e sociais, uma vez que eles não podem ser explicados de forma fragmentada. Disciplinas como Ciências, Geografia e Biologia têm grande potencial para discutir temas ambientais, mas áreas como Língua Portuguesa, Matemática, Artes, História e Educação Física também podem contribuir de maneira significativa para a formação sustentável. Projetos

interdisciplinares, metodologias ativas, aprendizagem baseada em projetos e práticas colaborativas são caminhos que permitem integrar a sustentabilidade ao cotidiano da escola e fortalecer a participação dos estudantes como protagonistas de sua própria formação.

Nesse contexto, destaca-se ainda a importância de articular a sustentabilidade à inovação tecnológica e à cultura digital. As novas tecnologias oferecem inúmeras possibilidades para ampliar o acesso à informação, promover experiências de aprendizagem significativas e estimular a criatividade dos estudantes. Ferramentas digitais, plataformas colaborativas, jogos educativos, laboratórios virtuais e sistemas de monitoramento ambiental são exemplos de recursos que podem ser utilizados para enriquecer o ensino da sustentabilidade. No entanto, é fundamental que essas tecnologias sejam empregadas de forma crítica e responsável, considerando seus impactos ambientais e sociais, como o consumo energético, a produção de lixo eletrônico e a desigualdade no acesso digital.

Por fim, a educação para a sustentabilidade representa uma oportunidade ímpar de ressignificar a relação entre seres humanos e natureza. A formação escolar deve promover não apenas o conhecimento científico, mas também a sensibilidade ética, o respeito ao outro e a capacidade de imaginar futuros alternativos mais justos e equilibrados. A escola precisa ser um espaço de construção coletiva, onde estudantes, professores e comunidade possam vivenciar experiências de cuidado, solidariedade, cooperação e corresponsabilidade. Ao integrar a sustentabilidade ao ensino, a educação contribui para a construção de uma sociedade mais consciente, participativa e comprometida com a preservação do planeta.

Diante da complexidade dos desafios contemporâneos, torna-se evidente que a sustentabilidade não pode ser vista como um tema acessório, mas como um elemento estruturante da formação humana. A educação desempenha papel central nesse processo, pois é por meio dela que se moldam os conhecimentos, os valores e as atitudes que orientam as ações individuais e coletivas. Assim, investir em uma educação sustentável significa investir no futuro do planeta e das próximas gerações. Uma escola que abraça a sustentabilidade fortalece a cidadania, amplia a consciência crítica e promove a transformação social necessária para enfrentar a crise ambiental global. Dessa forma, a educação

para a sustentabilidade, enquanto prática pedagógica, ética e política, configura-se como um compromisso fundamental para o desenvolvimento humano e para a construção de sociedades mais justas, resilientes e ambientalmente responsáveis.

Nas últimas décadas, as discussões acerca da sustentabilidade têm adquirido centralidade nos debates globais, impulsionadas pelo avanço das mudanças climáticas, pela intensificação da degradação ambiental e pelos desafios socioeconômicos que caracterizam o século XXI. A crise ecológica contemporânea não pode ser compreendida de forma isolada: ela é resultado direto de um modelo de desenvolvimento historicamente baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, no consumo desenfreado e na lógica produtiva que privilegia o lucro imediato em detrimento da preservação do planeta. Esse cenário demanda respostas efetivas que ultrapassem o campo técnico e adentrem o campo educativo, pois nenhuma transformação estrutural é possível sem a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as dinâmicas ambientais, sociais e econômicas que moldam o mundo. Nesse sentido, a educação emerge como um espaço estratégico e indispensável para a promoção da sustentabilidade, uma vez que atua na formação de valores, atitudes e competências que orientam a construção de sociedades mais justas, resilientes e ambientalmente equilibradas.

“A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (FREIRE, 1996, p. 67).

A educação para a sustentabilidade, compreendida como um processo pedagógico contínuo, interdisciplinar e contextualizado, tem como objetivo desenvolver habilidades cognitivas, socioemocionais e éticas que permitem a estudantes e comunidades participarem ativamente da transformação socioambiental. Mais do que transmitir conteúdos sobre preservação ambiental, essa abordagem propõe integrar ao currículo escolar práticas que estimulem o pensamento crítico, a tomada de decisão responsável, o respeito à diversidade biológica e cultural, a cooperação e a resolução colaborativa de problemas. A escola, enquanto instituição social, cultural e política, assume papel fundamental nesse processo, pois representa um microcosmo da sociedade, onde diferentes saberes, experiências e perspectivas podem dialogar para a construção de novos modos de viver e conviver em harmonia com o ambiente.

A necessidade de inserir a sustentabilidade na educação não é apenas uma demanda da comunidade científica ou dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), mas também uma urgência percebida no cotidiano escolar, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioambientais. Eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas, queimadas, ondas de calor e desastres envolvendo resíduos tóxicos, têm demonstrado que os impactos ambientais não são distribuídos de forma igualitária: eles afetam, sobretudo, populações de baixa renda, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, povos originários e comunidades tradicionais. Nesse sentido, a educação sustentável contribui para a formação de uma consciência crítica que reconhece a relação entre desigualdade social, degradação ambiental e injustiça climática. Ao entender o território em que vivem, os sujeitos podem identificar as causas dos problemas, refletir sobre alternativas locais e propor soluções fundamentadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação comunitária.

Os organismos internacionais têm enfatizado a educação como eixo prioritário no enfrentamento da crise ambiental. A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) destacam, de forma explícita, a necessidade de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4), ao mesmo tempo em que estimulam ações globalmente articuladas para enfrentar as mudanças climáticas (ODS 13) e preservar os ecossistemas terrestres e aquáticos (ODS 14 e 15). Esses marcos reforçam que a sustentabilidade não pode ser tratada como um conteúdo periférico ou ocasional no currículo, mas como um princípio estruturante que permeia a formação integral dos estudantes. Dessa forma, a educação assume a responsabilidade de promover reflexões profundas sobre os impactos ambientais das ações humanas e de incentivar práticas sustentáveis dentro e fora da escola, fortalecendo a cidadania ecológica e a corresponsabilidade social.

No contexto escolar, a sustentabilidade pode ser trabalhada de diferentes maneiras, considerando-se a realidade, as necessidades e o território de cada comunidade. Projetos de hortas pedagógicas, coleta seletiva, compostagem, manejo consciente da água, campanhas de consumo responsável, reaproveitamento de materiais e uso eficiente de energia são exemplos de práticas que aproximam os estudantes dos princípios da sustentabilidade de

forma concreta e significativa. Essas ações favorecem não apenas a conscientização individual, mas também o trabalho coletivo, a cooperação, o protagonismo juvenil e a formação de uma cultura institucional voltada à preservação ambiental. Ao vivenciarem experiências práticas de sustentabilidade, os estudantes internalizam valores e comportamentos que podem ser replicados em suas famílias e comunidades, reforçando o papel transformador da educação.

A educação para a sustentabilidade envolve uma dimensão ética e sociocultural, que reconhece a importância dos saberes tradicionais, das identidades culturais e das relações comunitárias na construção de sociedades mais sustentáveis. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e outras comunidades tradicionais possuem conhecimentos ancestrais sobre manejo da terra, conservação da biodiversidade e equilíbrio com a natureza, que podem contribuir significativamente para a educação ambiental contemporânea. Nesse sentido, o diálogo intercultural torna-se elemento essencial para uma formação integral e sustentável, pois amplia as perspectivas dos estudantes e fortalece o respeito à diversidade. A escola, ao valorizar esses saberes, promove não apenas o aprendizado, mas também a justiça social, a inclusão e o reconhecimento das múltiplas formas de interação entre seres humanos e ambiente.

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel dos educadores na promoção da sustentabilidade. A formação inicial e continuada dos professores é fundamental para que possam desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, interdisciplinares e alinhadas às demandas socioambientais atuais. Muitos docentes ainda enfrentam dificuldades para integrar temas ambientais ao currículo, seja pela falta de recursos didáticos, pela ausência de formação específica ou pela compreensão limitada da complexidade das questões ambientais. Por isso, investir na qualificação docente é imprescindível para que a escola possa assumir seu papel protagonista na transição para uma sociedade sustentável. Educadores bem-preparados têm maior capacidade de articular teoria e prática, selecionar metodologias ativas, mobilizar a participação estudantil e promover experiências de aprendizagem capazes de transformar a percepção dos estudantes sobre o mundo.

“A educação deve contribuir para a consciência de que todos os seres humanos pertencem à mesma comunidade de destino.” (MORIN, 2000, p. 101).

No entanto, a educação para a sustentabilidade não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva da escola ou dos professores. Trata-se de um esforço coletivo que envolve famílias, comunidades, governos e instituições privadas. A adoção de políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade é essencial para garantir condições adequadas ao desenvolvimento de projetos socioambientais nas escolas. Investimentos em infraestrutura, formação docente, materiais pedagógicos, tecnologias limpas e gestão sustentável dos espaços escolares são medidas indispensáveis para transformar a educação em um instrumento eficaz de mudança ecológica e social. Ademais, parcerias entre escolas, universidades, organizações não governamentais e instituições públicas ampliam o alcance das ações educativas e possibilitam a produção de conhecimento interdisciplinar, colaborativo e socialmente relevante.

É importante destacar também que a sustentabilidade na educação não se refere apenas à dimensão ambiental, mas envolve aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A perspectiva socioambiental compreende que o desenvolvimento sustentável depende da capacidade de garantir qualidade de vida às gerações atuais sem comprometer os recursos e as oportunidades das gerações futuras. Isso implica repensar hábitos de consumo, formas de produção, uso dos recursos naturais e, principalmente, os valores que orientam as relações humanas. Nesse processo, a educação desempenha um papel articulador, pois forma cidadãos capazes de analisar criticamente a complexidade dos problemas ambientais e de propor soluções inovadoras que dialoguem com os princípios da equidade, da ética e da responsabilidade coletiva.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS SUSTENTÁVEIS

Ao mesmo tempo, é necessário que a formação docente aborde o consumo tecnológico e seus impactos ambientais. O uso de equipamentos eletrônicos gera descarte de lixo eletrônico, consumo elevado de energia e dependência de minerais extraídos de forma predatória em diversos países. Portanto, a

tecnologia precisa ser utilizada de maneira responsável, e a capacitação docente deve discutir criticamente seus limites e potencialidades dentro do contexto da sustentabilidade.

Um dos maiores desafios para a implementação de projetos de sustentabilidade na escola é a falta de recursos financeiros e estruturais. Muitas instituições públicas enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura física, à ausência de materiais didáticos específicos e à sobrecarga de trabalho dos professores. Por isso, o processo de capacitação deve incluir estratégias de gestão de recursos, parcerias intersetoriais e mobilização comunitária. Quando o docente aprende a estabelecer parcerias com universidades, ONGs, secretarias municipais, coletivos ambientais, empresas socialmente responsáveis e lideranças comunitárias, ele amplia significativamente as possibilidades de desenvolver projetos e de buscar materiais e apoio técnico.

A formação docente precisa fortalecer o trabalho coletivo. Projetos de sustentabilidade que envolvem toda a comunidade escolar tendem a gerar maior impacto. A capacitação deve incentivar a criação de comissões, grupos de trabalho, conselhos escolares participativos e redes de educadores ambientais. O professor, ao trabalhar em equipe, compartilha experiências, troca conhecimentos, supera dificuldades e constrói soluções mais eficazes para problemas complexos. A inteligência coletiva é um elemento essencial para uma cultura escolar sustentável.

“A educação para a sustentabilidade é, ao mesmo tempo, educação para a cidadania, para a paz e para a vida.” (GADOTTI, 2000, p. 14).

A formação continuada é outro ponto essencial. Não basta oferecer uma capacitação pontual, de algumas horas ou dias, esperando mudanças estruturais no fazer pedagógico. A sustentabilidade exige processos permanentes de estudo, atualização e reflexão, acompanhados por políticas públicas que garantam tempo e condições de trabalho adequadas aos docentes. A formação precisa ser sistemática, constante e articulada ao projeto pedagógico da escola. Programas de formação continuada devem incluir oficinas práticas, cursos teóricos, seminários, visitas técnicas, estudos de caso, grupos de pesquisa-ação e acompanhamento pedagógico.

É fundamental que a capacitação docente valorize o protagonismo dos educadores, permitindo que eles também contribuam com suas experiências e

conhecimentos prévios. A troca entre professores de diferentes áreas, redes e escolas fortalece a identidade profissional e amplia o repertório metodológico. A formação para a sustentabilidade deve ser construída coletivamente, respeitando trajetórias, diversidades e saberes.

A dimensão ética, emocional e relacional também deve ser considerada na formação docente. Projetos de sustentabilidade envolvem conflitos, decisões difíceis, negociações internas e disputas de interesse. Os professores precisam ser preparados para mediar conflitos, lidar com diferentes perspectivas e estimular o diálogo respeitoso. A educação para a sustentabilidade pressupõe empatia, sensibilidade e capacidade de escuta. Assim, o docente precisa desenvolver competências socioemocionais que lhe permitam conduzir processos participativos e fortalecer vínculos com a comunidade escolar.

Assim, a capacitação docente para projetos de sustentabilidade não é apenas uma demanda pedagógica, mas um compromisso ético, político e civilizatório. Ao oferecer formação qualificada aos professores, garantimos condições para que eles desenvolvam práticas inovadoras, contextualizadas e significativas. O impacto dessa formação ultrapassa os muros da escola e contribui diretamente para a construção de comunidades mais conscientes e resilientes. A sustentabilidade, quando incorporada ao trabalho docente, transforma não apenas o currículo, mas também as relações humanas, a gestão escolar e a cultura institucional. É um processo contínuo, coletivo e profundamente necessário para enfrentar os desafios ambientais e sociais do presente e do futuro.

A capacitação docente para projetos de sustentabilidade representa um dos pilares mais importantes para promover mudanças significativas no ambiente escolar e, por consequência, na sociedade. Em um contexto global marcado pelo avanço das mudanças climáticas, pela redução da biodiversidade, pelo uso intensivo dos recursos naturais e pelo aumento das desigualdades socioambientais, a formação de professores emerge como um dos caminhos mais eficazes para a construção de práticas educativas transformadoras. Os docentes possuem papel central na mediação entre o conhecimento científico, as necessidades do território e o desenvolvimento das competências socioambientais dos estudantes. Por isso, investir na sua formação significa investir na construção de uma cultura escolar sustentável, capaz de estimular

pensamento crítico, compromisso ético e responsabilidade coletiva. A sustentabilidade, ao se tornar eixo estruturante do planejamento pedagógico, demanda docentes preparados, atualizados e sensíveis à complexidade das questões ambientais e sociais que permeiam a realidade contemporânea.

“A educação do futuro precisa ensinar os princípios organizadores da vida, porque sem compreendê-los não haverá sustentabilidade.” (CAPRA, 2006, p. 32).

A formação docente para a sustentabilidade precisa ir além do aprendizado pontual de conteúdos relacionados ao meio ambiente. Ela exige uma compreensão ampla do conceito de sustentabilidade, entendido de forma interdisciplinar, ética e sociopolítica. A educação ambiental não deve ser reduzida à prática de reciclagem ou à simples transmissão de informações sobre fauna e flora. Ao contrário, trata-se de um processo que envolve o estudo das relações entre sociedade, economia, cultura, tecnologia e ambiente. A sustentabilidade incorpora dimensões como justiça social, preservação ecológica, governança democrática, inovação tecnológica responsável e valorização dos saberes tradicionais. Para compreender todos esses aspectos, o docente precisa de formação contínua, reflexiva e crítica, capaz de articular teorias, metodologias e práticas contextualizadas.

Nesse sentido, a capacitação para projetos de sustentabilidade deve contemplar tanto aspectos conceituais quanto práticos, permitindo que o professor compreenda a complexidade das questões ambientais e, simultaneamente, seja capaz de desenvolver projetos pedagógicos aplicáveis ao cotidiano escolar. Entre os conteúdos fundamentais estão: mudanças climáticas, biodiversidade, gestão de resíduos, consumo consciente, energias renováveis, justiça ambiental, economia circular, impactos socioambientais da urbanização, uso sustentável da água e do solo, além de temas emergentes como cidades

A sustentabilidade não se limita às disciplinas de Ciências ou Geografia; ela atravessa Matemática, Língua Portuguesa, História, Artes, Educação Física e demais componentes curriculares. Para que essa integração aconteça, o professor precisa ser capacitado a trabalhar de forma colaborativa com outros docentes, planejando projetos que articulem diferentes áreas do conhecimento. A construção de hortas escolares, por exemplo, integra Ciências (solo, plantas, ciclo de vida), Matemática (medidas, estatística, planejamento), Língua

Portuguesa (textos informativos, relatórios, entrevistas), Artes (representações visuais), História (cultura alimentar), e assim por diante. A formação docente, portanto, precisa ensinar como desenvolver atividades interdisciplinares e como dialogar com diferentes áreas para enriquecer o processo de aprendizagem.

A tecnologia também deve ser incorporada ao processo de capacitação docente para projetos de sustentabilidade. Vivemos em uma sociedade hiperconectada, onde estudantes têm acesso constante a informações e ferramentas digitais. Cabe ao professor aprender a utilizar essas tecnologias de maneira crítica e criativa. Softwares de monitoramento ambiental, sensores de umidade, aplicativos de cálculo energético, plataformas virtuais de projetos colaborativos e recursos audiovisuais podem potencializar o impacto dos projetos realizados na escola. Além disso, a produção de vídeos, documentários, podcasts e registros digitais ajuda a ampliar a visibilidade das ações sustentáveis e incentiva o envolvimento da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade é um campo dinâmico, marcado por transformações científicas, tecnológicas e políticas constantes. Assim, não é suficiente oferecer capacitações pontuais. A formação docente deve ser permanente, articulada com o projeto político-pedagógico da escola e alinhada às necessidades reais dos professores. Programas de formação continuada precisam incluir acompanhamento, reflexão coletiva, supervisão pedagógica, oficinas práticas e momentos de troca entre educadores. Somente uma formação contínua permite que os docentes se mantenham atualizados, motivados e capazes de enfrentar desafios novos e complexos.

Ao final desta análise, ressalta-se também que a capacitação docente para projetos de sustentabilidade deve considerar dimensões socioemocionais, humanizadoras e éticas da prática educativa. Projetos de sustentabilidade envolvem conflitos, negociações, discussões e diferenças de opinião. O professor precisa estar preparado para mediar diálogos, acolher divergências, estimular o respeito e reforçar valores de empatia e solidariedade. A sustentabilidade não se limita a ações técnicas; ela requer uma mudança profunda nos modos de pensar, sentir e agir. Por isso, a formação docente

precisa contemplar habilidades socioemocionais como escuta ativa, cooperação, comunicação assertiva, mediação de conflitos e liderança democrática.

As considerações finais também apontam para a necessidade de valorizar o protagonismo dos estudantes nos projetos de sustentabilidade. Um docente bem capacitado compreende que a transformação ambiental não pode ser um processo imposto de cima para baixo, mas deve envolver participação ativa dos estudantes. Eles são capazes de mobilizar comunidades, criar soluções inovadoras, desenvolver pesquisas, propor intervenções e transformar a escola em laboratório vivo de práticas sustentáveis. Assim, capacitar professores é também investir no desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade dos estudantes.

Finalmente, estas considerações finais destacam que capacitar docentes para projetos de sustentabilidade não é apenas uma necessidade pedagógica, mas um compromisso civilizatório. Trata-se de preparar profissionais que atuarão na construção de um futuro possível para as próximas gerações. A formação docente torna-se, nesse sentido, um ato político, pois envolve escolhas sobre o mundo que desejamos construir. Uma escola que investe na formação de seus professores cria condições para uma educação que valoriza a vida, protege o planeta, promove justiça social e fortalece a cidadania. Ao capacitarmos docentes, estamos, na verdade, capacitando toda a sociedade para enfrentar a crise ecológica global com conhecimento, sensibilidade e esperança.

Dado o exposto, conclui-se que a capacitação docente para projetos de sustentabilidade é um processo indispensável, contínuo, profundo e coletivo. É um investimento que transcende o espaço escolar e reverbera na comunidade, no território e no planeta. Professores preparados, conscientes e engajados tornam-se multiplicadores de práticas transformadoras, inspirando estudantes, famílias e lideranças a repensar hábitos, comportamentos e modos de existir. A sustentabilidade, quando incorporada de forma genuína à formação docente, deixa de ser discurso e transforma-se em ação concreta, cotidiana e duradoura. Dessa forma, a educação para a sustentabilidade fortalece a construção de um mundo mais justo, equilibrado e solidário, reafirmando o papel da escola como espaço privilegiado de transformação social.

A capacitação docente para projetos de sustentabilidade revela-se como uma das estratégias mais essenciais para enfrentar os desafios socioambientais do século XXI e construir uma educação comprometida com a preservação da vida em todas as suas formas. Ao longo de toda a reflexão desenvolvida, torna-se evidente que a formação de professores não pode mais ser compreendida como um elemento periférico ou suplementar dentro das políticas educacionais. Ela é, antes, o eixo estruturante que permite à escola transformar-se em um espaço crítico, participativo e orientado por princípios sustentáveis. Diante da complexidade crescente dos problemas ambientais, a figura do docente emerge como agente decisivo na mediação entre conhecimento científico, práticas pedagógicas e participação comunitária. Essa centralidade do professor, no entanto, só se concretiza de forma plena quando há investimento contínuo em sua capacitação teórica, metodológica, ética e socioemocional.

A sustentabilidade, entendida em sua amplitude conceitual, ultrapassa em muito a ideia limitada de preservação ambiental. Ela abrange dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e éticas, e exige uma formação docente que seja igualmente multidimensional. É preciso que o professor compreenda que os problemas ambientais não podem ser analisados isoladamente, pois estão profundamente entrelaçados com a desigualdade social, com o modelo econômico vigente, com o consumo globalizado, com a cultura de descartabilidade e com os conflitos territoriais. Assim, ao finalizar esta discussão, compreendemos que capacitar professores para projetos de sustentabilidade significa prepará-los para pensar criticamente o mundo, para questionar a lógica dominante do desenvolvimento predatório e para construir, com seus estudantes, alternativas de vida mais solidárias, equilibradas e justas.

O processo de formação docente, entretanto, não pode restringir-se à transmissão de informações sobre ecologia ou mudanças climáticas. As considerações finais aqui apresentadas convergem para a necessidade de um modelo de formação que estimule, acima de tudo, o protagonismo docente, a autonomia intelectual e a capacidade de desenvolver projetos contextualizados e alinhados às realidades locais. A escola é atravessada por múltiplas singularidades territoriais: comunidades rurais possuem desafios diferentes de regiões urbanas; escolas situadas em periferias vivenciam vulnerabilidades distintas daquelas localizadas em regiões centrais; povos indígenas, quilombolas

e ribeirinhos carregam saberes ancestrais que precisam ser reconhecidos, valorizados e integrados ao currículo. Portanto, qualquer capacitação docente que pretenda atingir resultados robustos deve ser sensível à diversidade cultural, social e ambiental que caracteriza o território brasileiro.

Compreender o território como parte fundamental da educação para a sustentabilidade é reconhecer que cada comunidade possui conhecimentos, práticas e necessidades próprias. Assim, as considerações finais deste estudo reforçam que a formação docente deve partir da realidade concreta dos sujeitos e da comunidade escolar. A sustentabilidade se constrói com participação popular, com diálogo, com escuta ativa e com envolvimento coletivo. O professor que recebe formação para atuar em projetos de sustentabilidade deve ser capaz de enxergar a escola como um espaço vivo, em constante interação com o território e com as dinâmicas que o constituem. Essa visão amplia sua capacidade de planejar atividades pedagógicas significativas, que não apenas informam, mas transformam.

Outro aspecto decisivo evidenciado ao longo da análise – e que se consolida nas considerações finais – é a necessidade de fortalecer o vínculo entre formação docente e tecnologias digitais. As tecnologias, quando utilizadas de forma crítica e responsável, podem potencializar o impacto dos projetos de sustentabilidade. Elas permitem monitorar dados, registrar práticas, comunicar ações, produzir materiais educativos e ampliar o alcance das iniciativas. Contudo, é fundamental que a capacitação docente para sustentabilidade também aborde criticamente o impacto ambiental do consumo tecnológico, refletindo sobre os resíduos eletrônicos, o uso de energia, a extração de minerais e os riscos da dependência tecnológica. Assim, forma-se um professor que não apenas utiliza tecnologias, mas que compreende seus limites e suas implicações socioambientais.

A formação docente também deve contemplar os desafios estruturais das escolas brasileiras. Muitas instituições enfrentam problemas de infraestrutura, falta de materiais, escassez de recursos, superlotação de turmas e sobrecarga de trabalho docente. Ignorar esses desafios seria negligenciar a realidade. Por isso, as considerações finais apontam que capacitar docentes para projetos de sustentabilidade exige, paralelamente, investimentos públicos, políticas educacionais contínuas e estratégias de gestão participativa. Os professores

precisam ter acesso a espaços adequados, materiais pedagógicos, apoio técnico e tempo de planejamento. Sem essas condições, qualquer formação corre o risco de tornar-se apenas teórica, sem impacto real no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

INSTITUTO NL CURSOS

R. CANTAGALO, 643 – TATUAPÉ, SÃO PAULO – SP

CEP 03319-000

(11) 94826-3483

SECRETARIA@INSTITUTONLCURSOS.COM.BR